



Banco BS2 S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	11
Demonstração do resultado	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17
1 Contexto operacional.....	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras	17
3 Resumo das principais políticas contábeis	19
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5 Aplicações em depósitos interfinanceiros	25
6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	25
7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	29
8 Transações de pagamento	29
9 Carteira de crédito	29
10 Outros ativos financeiros	32
11 Outros ativos.....	32
12 Ativos fiscais correntes e diferidos	32
13 Investimentos em participações em coligadas e controladas	33
14 Ativos tangíveis e intangíveis	36
15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários	37
16 Letras financeiras subordinadas	38
17 Outros passivos financeiros	38
18 Provisões	39
19 Outros passivos	40
20 Patrimônio líquido	40
21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento.....	41
22 Resultado com aplicações interfinanceiras	42
23 Resultado com títulos e valores mobiliários	42
24 Despesas com operações de captação no mercado	42
25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias	42
26 Despesa de pessoal	43
27 Outras despesas administrativas	43
28 Despesas tributárias	43
29 Outras receitas e despesas operacionais	43
30 Outras receitas e despesas	44
31 Imposto de renda e contribuição social	44
32 Partes relacionadas	44
33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III).....	46
34 Gerenciamento de risco	47
35 Outras informações	50
Composição dos órgãos da administração	55
Relatório do comitê de auditoria.....	56

Relatório da Administração

Prezados (as) Acionistas e Clientes,

Apresentamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BS2 S.A. (Banco), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Desde 2021 trilhamos uma jornada de dedicação exclusiva para apoiar o crescimento das empresas brasileiras, através de um ecossistema de produtos e serviços que vão além do crédito e compõem uma oferta de valor integrada às necessidades do dia a dia, tais como *cash management*, transações internacionais e seguros.

Também disponibilizamos conectividade das nossas soluções a plataformas de terceiros, no formato *Banking as a Service*, onde emprestamos nossa expertise para possibilitar a oferta de jornadas financeiras em outros ambientes. Nosso objetivo é crescer junto com nossos clientes e parceiros, gerando resultados para todos. Para isso, procuramos conhecer profundamente suas necessidades e assim promovemos um atendimento próximo e resolutivo.

Em 2024, optamos por uma atuação mais conservadora no crédito, diante do ambiente mais adverso deste mercado. Em contrapartida, crescemos substancialmente nossos serviços de *banking*, pagamentos, câmbio e seguros.

A carteira de crédito ampliada (Carteira de crédito; transações de pagamento; cotas de fundos de investimentos; notas comerciais; certificados de recebíveis imobiliários - CRI; cédula de produtor rural – CPR; e fiança) fechou o exercício em R\$ 3,9 bilhões, 30% maior em comparação aos R\$ 3,0 bilhões de 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento” somam R\$ 408,4 milhões, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de mantê-los até o vencimento.

Nossas operações de **Câmbio** somaram de R\$ 53,9 bilhões no exercício de 2024, 33% a mais que no mesmo período do ano anterior, reforçando nossa constante evolução neste mercado, através de equipe altamente qualificada e produtos diferenciados, como nossa conta internacional multimooedas.

Na **Captação de Recursos** atingimos o montante de R\$ 6,0 bilhões, um crescimento de 17% em comparação aos R\$ 5,2 bilhões de 31 de dezembro de 2023, composta principalmente por depósitos a prazo (R\$ 4,1 bilhões), captações no mercado aberto e interbancários (R\$ 750,5 milhões) e letras financeiras subordinadas, que compõem nosso patrimônio de referência nível II, no montante de R\$ 147,6 milhões.

O **Lucro líquido** do exercício foi de R\$ 100,8 milhões, 18% maior que os R\$ 85,1 milhões do mesmo período de 2023. Estes resultados são fruto da excelência na execução das nossas estratégias de crescimento no universo Pessoa Jurídica.

O **Patrimônio Líquido** atingiu R\$ 894,7 milhões, 26% maior que 31 de dezembro de 2023. A adequação do patrimônio aos ativos de risco (Basileia) ficou em 15,14%, aumento de 0,51 p.p. ante aos 14,63% de 31 de dezembro de 2023.

ESG - Environmental - Social - Governance

Reafirmando nosso compromisso estabelecido com o Pacto Global da ONU desde 2020, seguimos atuando por um sistema financeiro mais sustentável, garantindo a conduta ética e o combate à corrupção. Isso se dá pelo fomento ao empreendedorismo e ao crescimento das empresas brasileiras, sempre com um olhar para os riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como para o impacto gerado por nossas próprias atividades.

Relatório da Administração

A consolidação da agenda de sustentabilidade vem impulsionando o desenvolvimento de iniciativas ESG, com destaque em 2023 para obtenção do selo Pró-ética, implementação de calculadora de risco social, ambiental e climático no processo de *onboarding* dos clientes, definição de metas para o programa de diversidade e a estruturação de um processo integrado de ESG nos novos produtos. Desdobramentos destas e outras iniciativas poderão ser acompanhados integralmente no relatório anual ESG disponibilizado em nosso site www.bancobs2.com.br.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, parceiros e clientes pela confiança e oportunidade de melhor servi-los.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco BS2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BS2 S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(g) e 9)

Conforme divulgado nas Notas 3(g) e 9, o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco das operações, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes sobre (i) a integridade da base de dados de operações de crédito; (ii) a conciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos; (iii) a aprovação e acompanhamento das operações renegociadas; (iv) a aderência das principais premissas adotadas pela administração para mensuração da provisão com as normas do Banco Central do Brasil; e (v) a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Reconhecimento do crédito tributário (Notas 3(I) e 12)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido.

Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidos pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a análise da razoabilidade das premissas relevantes e metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização dos créditos tributários elaborado pela administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas críticas utilizadas pelo Banco com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, o confronto dos principais dados históricos em relação às projeções e a análise de aderência frente a Resolução CMN nº 4.842/20.

Porque é um PAA

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios com pouca liquidez e sem mercado ativo (Notas 3(g) e 9(a))

A mensuração do valor de realização de determinados instrumentos financeiros com pouca liquidez e sem mercado ativo envolve nível de julgamento e foi mantida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que dependem da avaliação que considera a utilização de premissas e julgamento da administração. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por títulos de dívidas (precatórios) emitidas pela União, Estados e municípios.

O uso de distintas técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor de realização significativamente diferentes. Adicionalmente, a previsão relacionada ao fluxo de recebimento desses instrumentos envolve julgamentos da administração que podem sofrer alterações por conta da capacidade de pagamento da União, estados e municípios.

Considerando a relevância da mensuração do valor de realização de títulos vinculados a direitos creditórios, bem como o exposto anteriormente, esse assunto permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados a mensuração, registro e divulgação desses títulos.

Adicionalmente, realizamos testes quanto à valorização de determinadas operações, que considerou a atualização do entendimento com a administração das principais premissas e metodologias adotadas; a análise de consistência entre projeções efetuadas em anos anteriores com os realizados; e a análise da razoabilidade das premissas e metodologia utilizadas para mensuração.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas na mensuração do valor de realização dos títulos vinculados a direitos creditórios são razoáveis no contexto de relevância do exame das demonstrações financeiras.

Ambiente de Tecnologia de Informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos nosso entendimento e testamos os controles gerais de tecnologia. Em nosso plano de trabalho, consideramos os testes relacionados à

Banco BS2 S.A.

Porque é um PAA

Os riscos inerentes à tecnologia e sistemas de informação e dos respectivos controles que suportam a tecnologia, podem ocasionar o processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações, assim como, paradas operacionais e risco de continuidade do negócio.

Dessa forma, continuamos a considerar o ambiente de Tecnologia da Informação uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

acesso lógico, de segregação de funções, gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, processamento de rotinas *batch*, segurança de acessos a programas e banco de dados e segurança física do centro de processamento de dados.

Testamos os principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os principais controles compensatórios, relacionados às aplicações nos processos de negócio relevantes do Banco.

Como resultado desses procedimentos de auditoria consideramos que os processos e controle do ambiente de tecnologia, adicionados a controles compensatórios e testes realizados, proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Banco BS2 S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Banco BS2 S.A.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas e controladas em conjunto, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 26 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC MG-105346/O-2

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.153.625	702.493	646.295
Instrumentos financeiros		8.560.044	5.950.787	4.054.631
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	75.680	204.083	83.232
Títulos e valores mobiliários	6(a)	2.091.685	2.348.707	1.788.840
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)	76.131	3.131	1.581
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	7	453.958	143.871	156.597
Relações interfinanceiras		6	448	432
Transações de pagamento	8	898.186	798.974	466.163
Carteira de crédito	9	2.049.527	1.647.509	1.352.731
Operações de crédito		1.618.998	1.217.159	1.064.366
Outros créditos com características de concessão de crédito		489.147	510.469	332.391
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(58.618)	(80.119)	(44.026)
Outros ativos financeiros	10	2.914.871	804.064	205.055
Outros ativos	11	66.032	50.632	44.028
Ativos fiscais correntes e diferidos		249.236	230.373	225.448
Ativos fiscais correntes	12(a)	70.897	59.611	71.055
Ativos fiscais diferidos	12(b)	178.339	170.762	154.393
Ativos não correntes mantidos para venda		20.097	25.759	21.053
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	453.667	274.552	252.937
Outros investimentos		2.119	2.326	2.751
Ativos tangíveis	14(a)	9.731	11.839	17.721
Ativos intangíveis	14(b)	2.216	3.455	16.071
Total do ativo		10.516.767	7.252.216	5.280.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivos financeiros		9.455.425	6.377.313	4.504.743
Depósitos	15	5.012.321	4.463.042	3.601.158
Captações no mercado aberto	15	435.174	59.371	57.505
Recursos de mercados interbancários	15	315.370	356.756	240.726
Relações interfinanceiras		122	132	530
Relações interdependências		554.394	150.064	176.833
Obrigações por empréstimos e repasses		112.965	25.761	5.261
Instrumentos financeiros derivativos	6(b)	34.341		156
Letras financeiras subordinadas	16	147.605	252.231	220.644
Outros passivos financeiros	17	2.843.133	1.069.956	201.930
Provisões	18	28.873	32.337	22.664
Obrigações fiscais correntes e diferidas		16.602	18.757	16.184
Obrigações fiscais correntes		13.909	18.757	16.180
Obrigações fiscais diferidas		2.693		4
Outros passivos	19	121.186	121.060	91.997
Total do passivo		9.622.086	6.549.467	4.635.588
Patrimônio líquido		894.681	702.749	645.347
Capital social	20(a)	766.180	617.155	617.155
Reservas de capital		3.894	2.713	2.602
Reservas de lucros	20(b)	150.998	100.213	45.130
Outros resultados abrangentes		(26.391)	(17.332)	(19.540)
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.516.767	7.252.216	5.280.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		521.132	984.973	905.462
Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento	21	231.373	441.385	426.643
Resultado com aplicações interfinanceiras	22	49.578	88.475	47.150
Resultado com títulos e valores mobiliários	23	119.982	251.880	269.812
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6(b)	8.774	12.375	(24.549)
Resultado com operações de câmbio		111.562	188.095	180.095
Resultado com operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(137)	2.763	6.311
Despesas da intermediação financeira		(269.076)	(501.789)	(425.148)
Operações de captação no mercado	24	(248.847)	(472.229)	(419.645)
Operações por empréstimos e repasses		(20.229)	(29.560)	(5.503)
Resultado da intermediação financeira		252.056	483.184	480.314
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	9(g)	(11.846)	(15.560)	(79.481)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(15.067)	(29.900)	(82.177)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo		3.221	14.340	2.696
Resultado bruto da intermediação financeira		240.210	467.624	400.833
Outras receitas e despesas operacionais		(171.116)	(343.806)	(278.750)
Receitas de prestação de serviços	25	12.656	19.081	12.485
Rendas de tarifas bancárias	25	26.718	61.301	119.373
Despesas de pessoal	26	(89.265)	(167.923)	(142.957)
Outras despesas administrativas	27	(131.871)	(260.322)	(254.094)
Despesas tributárias	28	(22.618)	(43.637)	(47.768)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	25.978	38.637	42.561
Outras receitas operacionais	29	30.860	49.776	31.485
Outras despesas operacionais	29	(23.574)	(40.719)	(39.835)
Resultado operacional		69.094	123.818	122.083
Outras receitas e despesas	30	1.291	899	(307)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		70.385	124.717	121.776
Imposto de renda e contribuição social	31	11.540	(2.055)	(10.405)
Imposto de renda		(1.139)	(1.496)	(15.969)
Contribuição social		(911)	(1.197)	(12.928)
Ativo fiscal diferido		13.590	638	18.492
Participações no resultado		(11.148)	(21.877)	(26.288)
Resultado líquido dos exercícios/semestre		70.777	100.785	85.083
Resultado básico e diluído por ação - R\$	20(e)	0,57	0,85	0,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado líquido dos exercícios/semestre	70.777	100.785	85.083
Outros ajustes abrangentes	(4.337)	(9.059)	2.208
Ativos financeiros disponíveis para venda (i)	(7.886)	(16.472)	23.050
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (ii)			(19.167)
Variação cambial de dependência no exterior (ii)			132
Imposto de renda e contribuição social	3.549	7.413	(1.807)
Total do resultado abrangente	66.440	91.726	87.291

- (i) Montantes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.
- (ii) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Legal	Estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	617.155	2.602	8.085	45.610	(19.540)		653.912
Ajuste de exercícios anteriores de controlada (nota 3(q))				(8.565)			(8.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	617.155	2.602	8.085	37.045	(19.540)		645.347
Outros resultados abrangentes no período					2.208		2.208
Remuneração baseada em ações		111					111
Resultado líquido do exercício						85.083	85.083
Destinações:							
Constituição de reservas			4.254	50.829		(55.083)	
Juros sobre o capital próprio						(30.000)	(30.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Reapresentado)	617.155	2.713	12.339	87.874	(17.332)		702.749
Aumento de capital	149.025						149.025
Outros resultados abrangentes no período					(9.059)		(9.059)
Remuneração baseada em ações		178					178
Direitos de subscrição de ações		1.003					1.003
Resultado líquido do exercício						100.785	100.785
Destinações:							
Constituição de reservas			5.040	45.745		(50.785)	
Juros sobre o capital próprio						(50.000)	(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	766.180	3.894	17.379	133.619	(26.391)		894.681
Saldo em 30 de junho de 2024	617.155	3.890	13.839	116.382	(22.054)		729.212
Aumento de capital	149.025						149.025
Outros resultados abrangentes no período					(4.337)		(4.337)
Remuneração baseada em ações		78					78
Direitos de subscrição de ações		(74)					(74)
Resultado líquido do semestre						70.777	70.777
Destinações:							
Constituição de reservas			3.540	17.237		(20.777)	
Juros sobre o capital próprio						(50.000)	(50.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	766.180	3.894	17.379	133.619	(26.391)		894.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido do período	70.777	100.785	85.083
Ajustes ao resultado líquido	(171.436)	(278.237)	444.310
Perdas esperadas com operações de crédito	15.067	29.900	82.177
Perdas esperadas com demais ativos financeiros	4.978	5.614	3.150
Depreciação e amortização	2.910	6.374	9.879
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e outros investimentos	33	127	334
Resultado de participações em coligadas e controladas	(25.978)	(38.637)	(42.561)
Ganhos e perdas de capital líquidas	(1.498)	(982)	1.536
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.540)	2.055	(18.496)
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	(97.929)	(209.454)	(207.493)
Variação cambial de outros ativos e passivos	(53.986)	(69.547)	605.864
Pagamentos baseados em ações	78	178	111
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(3.860)	(4.444)	9.809
Outros	289	579	
Resultado líquido ajustado	(100.659)	(177.452)	529.393
Variações de ativos e passivos	539.710	599.725	(630.509)
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(293.980)	(310.086)	12.726
Aplicações em depósitos interfinanceiros	138.693	128.403	(120.851)
Títulos e valores mobiliários	(107.224)	247.962	(547.189)
Carteira de crédito	(440.142)	(431.919)	(376.955)
Depósitos	733.597	549.279	861.884
Captações no mercado aberto	(110.482)	375.803	1.866
Recursos de mercados interbancários	(67.489)	(41.386)	116.031
Letras financeiras subordinadas	26.523	25.765	31.586
Transações de pagamento (Ativos e Passivos)	102.771	(99.212)	(332.831)
Derivativos (Ativos e Passivos)	(36.561)	(38.659)	(1.707)
Demais ativos e passivos financeiros e não financeiros	594.004	193.775	(275.069)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	439.051	422.273	(101.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14)	(7.408)	(29.448)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais (1)	439.037	414.865	(130.564)
2. Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos		(14)	(547)
Alienação de investimento			678
Aquisição de imobilizado de uso	(1.027)	(3.578)	(691)
Alienação de imobilizado de uso	92	376	607
Aquisição de intangível	(13.423)	(24.991)	(21.946)
Alienação de intangível	13.422	25.039	30.610
Aquisição de participações societárias	(149.386)	(149.386)	(35.086)
Alienação de participações societárias	2.014	2.564	27.756
Baixa de participações societárias	6.358	6.358	
Aumento de capital em controladas			(667)
Dividendos recebidos	267	608	8.555
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento (2)	(141.683)	(143.024)	9.269
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(49.797)	(49.797)	(30.000)
Aumento de capital	149.025	149.025	
Direitos de subscrição de ações	(73)	1.000	
Liquidação de instrumento de dívida elegíveis à capital	(106.653)	(130.391)	
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamento (3)	(7.498)	(30.163)	(30.000)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa (1+2+3)	289.856	241.678	(151.295)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	765.840	702.493	646.295
Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa	97.929	209.454	207.493
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	1.153.625	1.153.625	702.493
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	289.856	241.678	(151.295)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco BS2 S.A. (“Banco”) é uma companhia de capital fechado e vem operando como banco múltiplo nas carteiras comercial, de câmbio, de crédito, financiamento e investimento, com operações nos segmentos de serviços bancários digitais, créditos para empresas, direitos creditórios e de serviços de pagamentos (*banking as a service*). As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O Banco tem como principal fonte de recursos os depósitos à vista, o lançamento de certificados de depósitos bancários no mercado e o lançamento de letras financeiras subordinadas.

O Banco, controlado diretamente pela Bonsucesso Holding Financeira S.A., é a instituição líder das instituições financeiras do Grupo Bonsucesso, constituída e domiciliada no Brasil, sediada na Avenida Raja Gabaglia, 1.143 -15º andar, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Banco, que incluem sua dependência no exterior, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer a adoção de estimativas por parte da Administração. Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras, na reunião realizada em 21 de março de 2025.

Os seguintes normativos entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025:

(a) Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e; ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.

Os principais impactos estimados da adoção inicial são:

- Efeitos esperados da adoção do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco BS2 estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 26.129, um aumento de 38,6% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros: I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro e a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento; II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, a concessão de vantagens à contraparte e a situação econômica corrente e as previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que possam afetar o valor presente provável de realização de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento. III – A provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023. O efeito da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 14.991, após os efeitos tributários.
- Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento. A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irretratável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.
- Demais mudanças na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros (receitas e despesas de originação apropriadas pelo prazo dos contratos) e a remensuração de ativos financeiros que estavam em *stop accrual* (de 59 para 90 dias) em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

(b) Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco BS2 adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

3 Resumo das principais políticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, a moeda funcional do Banco é o Real e as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais e estão sujeitas a arredondamentos para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Os saldos das demonstrações financeiras da dependência no exterior do Banco, moeda funcional, foram convertidos para o Real utilizando a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil, como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

(c) Caixa e equivalentes

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um risco baixo de mudança de valor, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. O caixa e equivalentes de caixa estão demonstrados na nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos em base *pro rata*, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação pela Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, os quais são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente no resultado. Os títulos para negociação são mantidos no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento.
- Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- (iii) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa que são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria *hedge* de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado; e
- Para aqueles classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

(g) Operações de crédito, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, cessão de crédito e precatórios

- (i) Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, deixa de ser apropriada, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Conforme definido no COSIF as operações de crédito são apresentadas líquidas das rendas a apropriar que são apropriadas de forma *pro rata* ao resultado.

- (ii) A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída com base nos critérios definidos pela resolução CMN 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações procedida pela Administração, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira.

- (iii) O Banco classifica as operações de venda de ativos financeiros considerando a transferência ou retenção de riscos e benefícios, adotando os seguintes procedimentos:

- Nas operações classificadas como “transferência substancial dos riscos e benefícios” o ativo financeiro é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado

positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

- Nas operações classificadas na categoria “com retenção substancial de riscos e benefícios” o ativo financeiro deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo e os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida. As receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

(iv) Precatórios são requisições de pagamentos expedidos pelo Poder Judiciário para cobrar de municípios, estados ou União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. Os precatórios são adquiridos pelo Banco após detido estudo a respeito das regulamentações vigentes, estoque de dívida e desempenho de pagamento de cada ente devedor. Em paralelo, o ativo é alvo de análise que contempla sobretudo questões processuais e avaliação de risco do cedente.

A precificação dos precatórios contempla a previsibilidade de recebimento atrelada ao deságio relativo para a renda pretendida durante o fluxo previsto para liquidação. Eventualmente, o fluxo poderá ser distinto da previsão, em decorrência da consolidação das metas orçamentárias dos entes devedores.

O valor presente contábil é calculado com base no preço de aquisição, acrescido da apropriação mensal de renda relativa ao prazo e deságio, bem como dos índices de atualização monetária e demais encargos legais, de acordo com a legislação vigente aplicável ao caso.

Em outubro de 2023 o Banco Central do Brasil se manifestou contrário à apropriação mensal da renda relativa ao deságio pelo fato de não haver regulamentação específica emanada do Conselho Monetário Nacional, ou do Banco Central do Brasil, para ativos dessa natureza, portanto, devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor justo. Determinou, ainda, que o deságio apropriado nos exercícios de 2022 e 2023 sejam estornados, linearmente, até o final do exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 o montante a ser estornado nesse prazo é de R\$ 17.251 (R\$ 46.489 em 31/12/2023).

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

(i) Investimentos, imobilizado de uso e intangível

Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial conforme detalhado na nota 13.

Imobilizado de uso: Correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da empresa por período superior a um exercício social e são reconhecidos pelo valor de custo, ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento. A depreciação, reconhecida mensalmente, considera a alocação sistemática do valor depreciável ao longo da vida útil do ativo. O valor depreciável corresponde a diferença entre o valor de custo de um ativo e o valor residual estimado que a instituição obteria com sua venda, após deduzir as despesas estimadas de venda. Abaixo demonstramos a vida útil do imobilizado de uso:

Item	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2, 4 e 6 anos
Equipamentos de processamento de dados	6 anos
Equipamentos de comunicação e de segurança	6 e 10 anos
Veículos	3 anos
Mobiliário	10 anos

Intangível: Correspondem aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Na Instituição, o Intangível é composto por *softwares* adquiridos registrados ao custo e sua amortização é reconhecida mensalmente considerada a alocação sistemática do valor amortizável ao longo de sua vida útil estimada. Abaixo demonstramos a vida útil dos ativos intangíveis:

Item	Vida útil
Sistemas de processamento de dados adquiridos	Entre 2 e 10 anos
Sistemas de processamento de dados gerados internamente	Entre 4 e 10 anos

(j) Valor de recuperação dos ativos não financeiros

Com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado. Semestralmente é feita uma avaliação para verificar a existência de *impairment*.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base *pro rata*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada pela alíquota de 20%

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é registrado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são registrados da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As

contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- Obrigações legais – fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(n) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

(o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Define-se como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 34(d).

(p) Informações da dependência no exterior

A dependência do Banco em *Cayman Island* é licenciada pela lei de bancos e companhias fiduciárias, devidamente registrada. A dependência está devidamente autorizada a executar negócios bancários e atua, substancialmente, na captação de depósitos à vista por remessas de clientes brasileiros que, por sua vez, podem utilizar seus depósitos por meio de cartão de débito internacional.

A posição financeira resumida da dependência no exterior, convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluída nas demonstrações financeiras é demonstrada abaixo (sem eliminação das transações com ligadas):

	R\$		US\$	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	181.136	179.035	29.283	36.981
Caixa e equivalentes de caixa - Disponibilidades	17.714	31.255	2.861	6.456
Instrumentos financeiros	163.422	147.780	26.422	30.525
Carteira de crédito	162.429	147.053	26.231	30.375
Outros ativos financeiros	993	727	191	150
Passivo	181.136	179.035	29.283	36.981
Passivos financeiros	163.661	171.857	26.430	35.498
Depósitos à vista	150.071	163.924	24.235	33.860
Relações interdependências	4.332	1.483	700	306
Outros passivos financeiros	9.258	6.450	1.495	1.332
Patrimônio líquido	17.475	7.178	2.853	1.483
Resultado líquido dos períodos	10.297	5.026	740	666

(q) Reapresentação de informações anteriormente apresentadas com substituição das anteriormente divulgadas

Algumas informações das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8).

Os valores apresentados no balanço patrimonial, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas respectivas notas explicativas foram ajustados devido a um impacto no patrimônio líquido, no montante de R\$ 8.565. Esse ajuste resulta do efeito da equivalência patrimonial, decorrente de ajustes no patrimônio líquido da controlada Adiq Instituição de Pagamentos S.A., relacionados a transações de pagamento com sua subsidiária, AdiqPlus Instituição de Pagamento Ltda., referentes a períodos anteriores. Do total ajustado, R\$ 1.340 correspondem ao exercício de 2021 e R\$ 7.225 ao exercício de 2022, ambos líquidos de impostos.

A seguir, são apresentados os impactos nas demonstrações financeiras:

1º de janeiro de 2023	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em participações em coligadas e controladas	261.502	(8.565)	252.937
Total do ativo	5.289.500	(8.565)	5.280.935
Reservas de lucros	53.695	(8.565)	45.130
Patrimônio líquido	653.912	(8.565)	645.347

31 de dezembro de 2023	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Investimentos em participações em coligadas e controladas	283.117	(8.565)	274.552
Total do ativo	7.260.781	(8.565)	7.252.216
Reservas de lucros	108.778	(8.565)	100.213
Patrimônio líquido	711.314	(8.565)	702.749

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade em moeda estrangeira	627.126	75.909
Reservas livres no Banco Central do Brasil	2.000	7.000
Disponibilidade em moeda nacional	18	19
Total de disponibilidades	629.144	82.928
Depósitos voluntários no Banco Central do Brasil	375.000	550.120
Aplicações interfinanceiras de liquidez	149.481	69.445
Total	1.153.625	702.493

5 Aplicações em depósitos interfinanceiros

	31/12/2024	31/12/2023
CDI do Bancoob		125.480
CDI do Banco ABC Brasil	26.374	40.495
CDI do Banrisul	45.340	36.313
Aplicações em moedas estrangeiras	3.966	1.795
Total	75.680	204.083
Circulante	49.306	204.083
Não circulante	26.374	

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
Livres	1.493.212	2.010.407
Letras Financeiras do Tesouro	353.088	1.176.762
Notas do Tesouro Nacional	250.071	354.219
Cotas de fundos de investimentos	448.257	262.386
Notas comerciais	296.149	158.725
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	18.208	24.175
Cédula de produtor rural - CPR	107.430	20.295
Ações de companhias fechadas	9.040	9.040
Debêntures	10.969	4.805
Vinculado a operações compromissadas	435.404	59.390
Letras Financeiras do Tesouro	435.404	59.390
Vinculado a prestação de garantias	180.165	290.294
Letras Financeiras do Tesouro	180.165	290.294
Provisão para perdas de títulos	(17.096)	(11.384)
Total	2.091.685	2.348.707
Circulante	1.665.730	1.170.093
Não circulante	425.955	1.178.614

A seguir demonstramos a classificação dos títulos e valores mobiliários:

								31/12/2024
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	796.920	106	797.026	448.257		12.512	336.257	
Letras Financeiras do Tesouro	348.663	106	348.769			12.512	336.257	
Cotas de fundos de investimentos	448.257		448.257	448.257				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	915.168	(28.875)	886.293			664.301	205.658	16.334
Letras Financeiras do Tesouro	619.702	186	619.888			619.888		
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	14.865	1.469	16.334					16.334
Notas do Tesouro Nacional	280.601	(30.530)	250.071			44.413	205.658	
Títulos mantidos até o vencimento	408.366		408.366		49.778	154.625	180.798	23.165
Notas comerciais	296.149		296.149		37.273	103.153	142.750	12.973
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.874		1.874		1.874			
Cédula de produtor rural - CPR	107.430		107.430		14.167	54.258	29.461	9.544
Debêntures	10.969		10.969		45	122	9.939	863
Provisão para perdas de títulos	(8.056)		(8.056)		(3.581)	(2.908)	(1.352)	(215)
Total	2.120.454	(28.769)	2.091.685	448.257	49.778	831.438	722.713	39.499

								31/12/2023
	Custo	Ajustes a mercado	Valor contábil	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação	938.570	281	938.851	262.386		285.392	391.073	
Letras Financeiras do Tesouro	676.184	281	676.465			285.392	391.073	
Cotas de fundos de investimentos	262.386		262.386	262.386				
Ações de companhias fechadas	9.040		9.040	9.040				
Provisão para perdas de títulos	(9.040)		(9.040)	(9.040)				
Títulos disponíveis para venda	1.217.625	(13.425)	1.204.200			127.746	849.981	226.473
Letras Financeiras do Tesouro	849.408	573	849.981				849.981	
Notas do Tesouro Nacional	368.217	(13.998)	354.219			127.746		226.473
Títulos mantidos até o vencimento	205.656		205.656		18.417	85.079	94.428	7.732
Notas comerciais	158.725		158.725		16.221	55.796	78.937	7.771
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	24.175		24.175		2.233	13.211	8.731	
Cédula de produtor rural - CPR	20.295		20.295		100	17.672	2.523	
Debêntures	4.805		4.805				4.805	
Provisão para perdas de títulos	(2.344)		(2.344)		(137)	(1.600)	(568)	(39)
Total	2.361.851	(13.144)	2.348.707	262.386	18.417	498.217	1.335.482	234.205

As aplicações em cotas de fundos de investimento são avaliadas pelo valor das cotas informadas pelos administradores, as quais refletem a marcação a mercado das carteiras dos fundos, conforme regras da CVM.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão para perda para a aplicação em ações de companhias fechadas é de R\$ 9.040 (R\$ 9.040 em 31/12/2023), para as notas comerciais é de R\$ 4.358 (R\$ 1.127 em 31/12/2023) e para cédula de produtor rural é de R\$ 3.698 (R\$ 1.217 em 31/12/2023).

Os títulos públicos federais foram marcados a mercado pela cotação divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os títulos classificados como mantidos para negociação são apresentados no circulante, independentemente do vencimento.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações com instrumentos financeiros derivativos de modo a mitigar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros, de maneira que haja o menor descasamento de prazos e volumes financeiros possíveis.

Eventualmente, quando identificadas oportunidades com uma relação risco/retorno considerada compensadora, o Banco efetua operações com instrumentos derivativos objetivando a obtenção de ganhos.

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía contratos de derivativos envolvendo operações de *Swap*, futuros e à termo de modo a mitigar a exposição de moedas estrangeiras e um prêmio de opção de ações a exercer a partir de dezembro de 2026.

Abaixo demonstramos a posição dos instrumentos financeiros derivativos com valores marcados a mercado:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Opções de compra de ações	3.000		3.000	3.000		3.000
Compras a termo de moeda	71.432	(354)	71.078			
Vendas a termo de moeda	1.699	(33.987)	(32.288)	116		116
<i>Swap</i>				15		15
Total a receber (a pagar)	76.131	(34.341)	41.790	3.131		3.131
Circulante	73.131	(34.341)		1.631		
Não circulante	3.000			1.500		

A seguir demonstramos o resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Operações com derivativos à futuros	(15.309)	(14.747)	(21.465)
Operações com derivativos à termo	24.083	27.291	(2.994)
Operações com opções de ativos financeiros e mercadorias		(160)	(105)
<i>Swap</i>		(9)	15
Total	8.774	12.375	(24.549)

7 Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos de moeda eletrônica	14.000	15.000
Conta de pagamento instantâneo	429.342	109.267
Reservas compulsórias em espécie no Banco Central do Brasil	10.616	19.604
Total - Circulante	453.958	143.871

8 Transações de pagamento

As transações de pagamento correspondem a créditos antecipados a credenciadores de cartões (substancialmente) e aos estabelecimentos comerciais. A seguir demonstramos a composição por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 30 dias	432.238	148.935
A vencer de 31 a 60 dias	172.297	221.509
A vencer de 61 a 90 dias	96.419	99.351
A vencer de 91 a 180 dias	156.640	230.359
A vencer de 181 a 360 dias	39.055	98.820
A vencer acima de 360 dias	1.537	
Total	898.186	798.974
Circulante	896.649	798.974
Não circulante	1.537	

9 Carteira de crédito

(a) Classificação por produto

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de crédito	1.618.998	1.217.159
Capital de giro	1.307.412	1.018.907
Financiamento à exportação	124.401	95.354
Conta garantida	95.123	30.193
CDC - Pessoas jurídicas	20.314	22.321
Desconto de títulos	15.842	17.613
Financiamentos Imobiliários	20.545	13.129
Financiamento em moeda estrangeira	21.237	11.751
Cheque especial	5.951	1.620
Adiantamentos a depositantes	962	268
Outros	7.211	6.003
Outros créditos com características de concessão de crédito	489.147	510.469
Precatórios	198.875	408.981
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	154.906	53.732
Risco sacado	117.284	39.447
Devedores por compra de valores e bens	10.628	8.280
Outros	7.454	29
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(58.618)	(80.119)
Operações de crédito	(54.965)	(78.950)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(3.653)	(1.169)
Total	2.049.527	1.647.509
Circulante	1.267.912	1.019.648
Não circulante	781.615	627.861

(b) Classificação por prazo

	31/12/2024	31/12/2023
Total de parcelas a vencer	2.087.636	1.699.779
A vencer com prazo indeterminado	198.875	408.981
A vencer até 90 dias	503.847	248.388
A vencer de 91 a 180 dias	246.769	282.595
A vencer de 181 a 360 dias	422.983	293.314
A vencer acima de 360 dias	715.162	466.501
Total de parcelas vencidas	20.509	27.849
Vencidas até 90 dias	9.575	8.612
Vencidas de 91 a 180 dias	4.313	8.957
Vencidas de 181 a 360 dias	6.149	10.280
Vencidas acima de 360 dias	472	
Total	2.108.145	1.727.628

(c) Classificação por setor de atividade

	31/12/2024	31/12/2023
Comércio	530.488	267.400
Indústria	448.457	255.506
Construção	416.042	413.887
Administração pública	198.875	408.981
Serviços	171.581	119.763
Transportes	81.578	63.235
Atividades financeiras	69.808	31.020
Atividades imobiliárias	57.518	64.575
Informação e comunicação	42.169	50.645
Pessoas físicas	29.569	6.237
Agropecuária	27.579	31.886
Saúde	15.260	2.368
Outros	19.221	12.125
Total	2.108.145	1.727.628

(d) Classificação por níveis de risco

Nível	%	31/12/2024		31/12/2023	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		117.044		251.368	
A	0,5	748.028	3.740	696.749	3.484
B	1	906.393	9.064	602.426	6.024
C	3	275.611	8.268	77.120	2.314
D	10	13.887	1.389	3.654	365
E	30	4.780	1.434	4.395	1.318
F	50	13.226	6.613	49.477	24.738
G	70	3.555	2.489	1.877	1.314
H	100	25.621	25.621	40.562	40.562
Total		2.108.145	58.618	1.727.628	80.119

(e) Classificação por níveis de risco e produto

Nível				31/12/2024	
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	
AA	20.223	82.133	14.688	117.044	
A	371.212	116.742	260.074	748.028	
B	658.833		247.560	906.393	
C	200.412		75.199	275.611	
D	13.810		77	13.887	
E	4.438		342	4.780	
F	13.222		4	13.226	
G	2.563		992	3.555	
H	22.699		2.922	25.621	
Total	1.307.412	198.875	601.858	2.108.145	

Nível				31/12/2023	
	Capital de giro	Precatórios	Outros	Total	
AA	9.766	225.397	16.205	251.368	
A	394.740	183.584	118.425	696.749	
B	455.608		146.818	602.426	
C	64.501		12.619	77.120	
D	3.605		49	3.654	
E	4.295		100	4.395	
F	46.089		3.388	49.477	
G	1.557		320	1.877	
H	38.746		1.816	40.562	
Total	1.018.907	408.981	299.740	1.727.628	

(f) Concentração da carteira

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	350.398	16,62	628.990	36,41
20 maiores devedores	309.910	14,70	315.863	18,28
50 maiores devedores	418.999	19,88	311.999	18,06
100 maiores devedores	366.551	17,39	259.580	15,03
Outros	662.287	31,41	211.196	12,22
Total	2.108.145	100,00	1.727.628	100,00

(g) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Saldo no início do semestre e exercício	52.131	80.119	44.026
Constituição/reversão de provisão	15.067	29.900	82.177
Baixas de créditos para prejuízo	(8.580)	(51.401)	(45.183)
Saldo no fim do semestre e exercício	58.618	58.618	81.020
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	3.221	14.340	2.696

No exercício de 2024 foram renegociadas um montante de R\$ 250.710 (R\$ 218.153 no exercício de 2023) de operações de crédito da carteira empresarial, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$ 79.401 (R\$ 159.350 em 31/12/2023).

10 Outros ativos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de câmbio (i)	2.861.452	752.585
Valores a receber decorrentes de precatórios da própria instituição	46.579	43.733
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 32)	2.511	2.821
Rendas a receber	2.925	2.269
Negociação e intermediação de valores		649
Diversos	1.404	2.007
Total	2.914.871	804.064
Circulante	2.865.058	757.182
Não circulante	49.813	46.882

(i) O saldo de operações de câmbio do ativo é composto conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio comprado a liquidar	1.531.980	603.510
Direitos sobre vendas de câmbio	1.330.391	469.576
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(919)	(320.501)
Total - Circulante	2.861.452	752.585

11 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	23.737	13.898
Deságio na colocação de títulos	16.720	10.312
Devedores por depósitos em garantia (nota 17(ii))	10.807	9.986
Adiantamentos para meios de pagamentos (i)	9.097	11.306
Diversos	5.671	5.130
Total	66.032	50.632
Circulante	34.054	29.047
Não circulante	31.978	21.585

(i) Refere-se a valor adiantado ao parceiro especializado em serviços de meios de pagamentos, para acolhimento de pagamentos demandados pelos clientes do Banco diariamente.

12 Ativos fiscais correntes e diferidos

(a) Ativos fiscais correntes

Ativos fiscais correntes refere-se a impostos e contribuições a compensar conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	62.188	53.216
CSLL a compensar	8.672	6.376
Outros impostos e contribuições a compensar	37	19
Total - Circulante	70.897	59.611

(b) Ativos fiscais diferidos

O Banco adota a prática de constituir créditos e obrigações fiscais diferidos sobre todas as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas desde que haja perspectiva de recuperação. Os saldos dos créditos tributários apresentam-se como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para perdas em ativos	35.572	45.149
Provisões passivas	28.844	32.853
Ajustes ao valor de mercado	13.251	6.038
Outras diferenças temporárias	13.321	12.848
Total de diferenças temporárias	90.988	96.888
Prejuízo fiscal - Imposto de Renda	46.587	40.264
Base negativa - Contribuição Social	40.764	33.610
Total - Não circulante	178.339	170.762

A seguir demonstramos a movimentação dos créditos tributários:

	Adições temporárias	Prejuízos fiscais/Base negativa	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.597	86.796	154.393
Constituição	80.452		80.452
Utilização	(51.161)	(12.922)	(64.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	96.888	73.874	170.762
Constituição	52.646	13.476	66.122
Utilização	(58.545)		(58.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	90.989	87.350	178.339

Os créditos tributários estão relacionados, principalmente, à possibilidade de reconhecimento, como perda efetiva, das despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingenciamentos discutidos judicialmente, cuja realização depende do encerramento dos questionamentos judiciais.

Os créditos tributários relacionados a prejuízo fiscal e base negativa serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de projeções aprovadas pela Administração e elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação provável dos créditos tributários pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Valor contábil	Valor presente
2025	64.973	57.371
2026	43.119	33.620
2027	59.329	40.846
2028	2.080	1.264
2029	8.838	4.744
Total	178.339	137.845

13 Investimentos em participações em coligadas e controladas

	31/12/2024	31/12/2023
Participações em coligadas e controladas (a)	451.186	271.492
Ágio na aquisição de participação societária (b)	2.481	3.060
Total	453.667	274.552

(a) Informações das controladas diretas e indiretas e coligadas

	BS Tecnologia	Adiq	IPG Holding Financeira	BS2 Asset Management	DT Participações	BLU Participações	Butiá Participações	Total
Quantidade de quotas ou ações possuídas	110.889.000	49.678.565	20.902.962	599.994				
% de participação	99,90	100,00	51,50	100,00				
Patrimônio líquido	149.979	269.471	57.363	2.348				
Resultado do exercício	21.859	14.929	2.593	1.294				
Valor do investimento em 31/12/2023	127.992	107.923	28.927	1.755	2.781	1.753	361	271.492
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	21.837	12.156	1.348	1.294	72	1.749	181	38.637
Dividendos e JCP			(169)				(224)	(393)
Ganhos (Perdas) de capital líquidas			(13)	(701)			1.696	982
Aquisição (Alienação) de participações		149.386	(550)				(2.014)	146.822
Baixa de participações societárias					(2.853)	(3.505)		(6.358)
Outros		1				3		4
Valor do investimento em 31/12/2024	149.829	269.466	29.543	2.348				451.186

	BS Tecnologia	Adiq	IPG Holding Financeira	BS2 Asset Management	DT Participações	BLU Participações	Butiá Participações	BLU Pay	BS2P Participações	BS2 DTVM	Total
Quantidade de quotas ou ações possuídas	110.889.000	17.922.125	21.308.845	599.982	9.156.503	4.030.625	209.103		37.480		
% de participação	99,90	44,27	52,50	100,00	99,80	99,56	29,03		99,95		
Patrimônio líquido	128.120	263.108	55.099	1.755	2.786	1.761	1.244	1.557			
Resultado do exercício	12.524	68.629	(95)	1.437	(341)	(307)	667	(369)			
Valor do investimento em 31/12/2022	115.481	74.353	29.143	1.545	3.120	1.048	468	185		27.594	252.937
Resultado da equivalência patrimonial no exercício	12.511	29.201	(216)	1.438	(339)	(203)	233	(64)			42.561
Dividendos e JCP		(7.527)					(326)				(7.853)
Aumento de capital						667					667
Ganhos (Perdas) de capital líquidas				(1.228)		(334)	26				(1.536)
Aquisição (Alienação) de participações		11.896				575	(40)	(121)		(27.594)	(15.284)
Valor do investimento em 31/12/2023	127.992	107.923	28.927	1.755	2.781	1.753	361				271.492

Adiq Instituição de Pagamento S.A. (“Adiq”): Em maio de 2023 o Banco adquiriu, de terceiros, 2.050.491 ações ordinárias nominativas equivalentes a 5,06% do capital social da Adiq, por R\$ 11.896 e mais um ágio de R\$ 22.613 conforme nota 13(b). Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária deliberando o aumento do capital social da empresa Adiq para R\$ 271.780, representado pela emissão de 9.199.578 ações novas também ordinárias, nominativas, sem valor nominal, atribuídas em bonificação aos acionistas. Em agosto de 2024 o Banco BS2 adquiriu, de terceiros, 27.683.415 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal da Adiq representado pelo montante de R\$ 149.386, alterando a participação do Banco para 99,9980%.

IPG Holding Financeira S.A. (“IPG”): Em março de 2024, o Banco alienou 405.883 ações ordinárias da IPG alterando a participação do Banco para 51,50%.

BLU Participações S.A. (“BLU Participações”): Em julho de 2023 o Banco adquiriu de terceiros 593.250 ações ordinárias nominativas alterando sua participação para 99,56%. Também em julho de 2023 foi deliberado o aumento do capital social para R\$ 3.084 após aporte de R\$ 670, representado pela emissão de 1.634.147 novas ações ordinárias. Em julho de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da BLU Participações S.A.

BLU Instituição de Pagamento e Tecnologia S.A. (“BLU Pay”): Em julho de 2023 o Banco cedeu suas ações da BLU Instituição de Pagamento por R\$ 121 deixando assim de participar.

BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BS2 DTVM”): Em 29 de dezembro de 2022 o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle societário da BS2 DTVM para a Galápagos Holding Financeira Ltda. conforme contrato de compra e venda de 30 de março de 2022 que foi consolidada em 31 de março de 2023, desta forma o BS2 deixou de participar na BS2 DTVM.

BS2P Participações Ltda. (“BS2P Participações”): Em julho de 2024 foi realizado o distrato social da aprovando a liquidação, dissolução e extinção da BS2P Participações.

DT Participações S.A. (“DT Participações”): Em agosto de 2024 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária e foi aprovada a dissolução, liquidação e extinção da DT Participações S.A.

Butiá Participações S.A. (“Butiá Participações”): Em outubro de 2024 o Banco BS2 realizou a alienação de suas ações na Butiá Participações, resultando em um ganho de R\$ 1.696.

(b) Ágio na aquisição de participação societária

Ágio na aquisição de participação societária	31/12/2024	31/12/2023
O ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	19.167	19.167
Diferença entre o valor justo e o valor contábil	2.152	2.152
Principal	3.912	3.912
Tributos	(1.760)	(1.760)
Ativos e passivos não registrados na investida	1.294	1.294
Principal	2.353	2.353
Tributos	(1.059)	(1.059)
Total	22.613	22.613
<i>Goodwill</i> transferido para patrimônio líquido	(19.167)	(19.167)
Amortização acumulada diferença entre o valor justo e o valor contábil	(717)	(287)
Principal	(1.304)	(521)
Tributos	587	234
Amortização acumulada ativos e passivos não registrados na investida	(248)	(99)
Principal	(451)	(180)
Tributos	203	81
Saldo final	2.481	3.060

14 Ativos tangíveis e intangíveis
(a) Ativos tangíveis

	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.011	12.961	7.693	37.665
Adição	12	274	405	691
Baixas		(4)	(737)	(741)
Transferências		(40)	40	
Redução no valor recuperável			(39)	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.023	13.191	7.362	37.576
Adição	354	543	2.681	3.578
Baixas		(1)	(797)	(798)
Transferências	3	1.858	(1.861)	
Redução no valor recuperável			(127)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.380	15.591	7.258	40.229
Depreciação acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(10.891)	(6.314)	(2.739)	(19.944)
Despesa de depreciação	(2.864)	(2.650)	(413)	(5.927)
Baixas	1		133	134
Transferências				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(13.754)	(8.964)	(3.019)	(25.737)
Despesa de depreciação	(1.946)	(2.778)	(459)	(5.183)
Baixas			422	422
Transferências	(3)	(2)	5	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(15.703)	(11.744)	(3.051)	(30.498)
Total líquido em 31 de dezembro de 2024	1.677	3.847	4.207	9.731

(b) Ativos intangíveis

	Sistemas adquiridos	Sistemas gerados internamente	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.720	21.700	50.420
Adição		21.946	21.946
Baixas		(32.799)	(32.799)
Transferências			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.720	10.847	39.567
Adição		24.991	24.991
Baixas	(160)	(35.838)	(35.998)
Transferências			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.560		28.560
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(22.163)	(12.186)	(34.349)
Despesa de amortização	(1.695)	(2.257)	(3.952)
Baixas		2.189	2.189
Transferências	(1.414)	1.414	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.272)	(10.840)	(36.112)
Despesa de amortização	(1.185)	(6)	(1.191)
Baixas	113	10.846	10.959
Transferências			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(26.344)		(26.344)
Total líquido em 31 de dezembro de 2024	2.216		2.216

15 Depósitos, captações no mercado aberto e recursos de mercados interbancários

	31/12/2024					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	835.193	229.431	1.252.141	2.549.981	145.575	5.012.321
Depósitos à vista	824.507					824.507
Outros depósitos	10.686					10.686
Depósitos interfinanceiros		24.305	49.020			73.325
Depósitos a prazo		205.126	1.203.121	2.549.981	145.575	4.103.803
Captações no mercado aberto		435.174				435.174
Letras Financeiras do Tesouro		435.174				435.174
Recursos de mercados interbancários		78.948	176.189	60.233		315.370
Letras de crédito imobiliário		72.386	152.837	25.762		250.985
Letras de crédito do agronegócio		6.562	343	346		7.251
Letras financeiras			23.009	34.125		57.134
Total	835.193	743.553	1.428.330	2.610.214	145.575	5.762.865

	31/12/2023					Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos	800.297	462.961	1.371.810	1.827.223	751	4.463.042
Depósitos à vista	788.863					788.863
Outros depósitos	11.434					11.434
Depósitos interfinanceiros		111.497	167.941			279.438
Depósitos a prazo		351.464	1.203.869	1.827.223	751	3.383.307
Captações no mercado aberto		59.371				59.371
Letras Financeiras do Tesouro		59.371				59.371
Recursos de mercados interbancários		93.527	224.328	38.901		356.756
Letras de crédito imobiliário		69.635	204.533	18.484		292.652
Letras de crédito do agronegócio		23.892	19.795			43.687
Letras financeiras				20.417		20.417
Total	800.297	615.859	1.596.138	1.866.124	751	4.879.169

16 Letras financeiras subordinadas

Taxa anual	Emissão	Vencimento	31/12/2024	31/12/2023
100% IPCA + 4,68%	2019	2024		472
100% IPCA + 4,83%	2019	2024		479
100% IPCA + 4,93%	2019	2024		476
100% IPCA + 4,98%	2019	2024		4.504
100% IPCA + 5,02%	2019	2024		1.436
100% IPCA + 5,47%	2019	2024		2.090
100% IPCA + 6,17%	2019	2024		636
100% IPCA + 6,22%	2019	2024		1.025
100% IPCA + 6,37%	2019	2024		689
100% IPCA + 6,42%	2019	2024		608
100% IPCA + 6,47%	2019	2024		1.568
100% IPCA + 6,77%	2019	2024		1.061
100% IPCA + 6,87%	2019	2024		1.063
130% CDI	2019	2024		19.050
135% CDI	2019	2024		36.075
130% CDI	2020	2025	852	745
PRÉ 9,88%	2020	2026	619	562
100% IPCA + 2,99%	2021	2027	462	429
100% IPCA + 5,98%	2021	2027	897	810
100% IPCA + 6,17%	2021	2027	7.549	6.798
100% IPCA + 6,18%	2021	2027	755	680
100% IPCA + 6,23%	2021	2027	451	406
100% IPCA + 6,27%	2021	2027	451	406
100% IPCA + 6,28%	2021	2027	1.214	1.092
100% IPCA + 6,38%	2021	2027	912	819
100% IPCA + 6,47%	2021	2027	1.361	1.224
100% IPCA + 6,48%	2021	2027	912	820
100% IPCA + 6,58%	2021	2027	920	826
100% IPCA + 6,68%	2021	2027	10.911	9.783
100% IPCA + 5,77%	2022	2028	61.878	71.922
140% CDI	2022	2028	46.639	68.157
PRÉ 10,86%	2022	2028	10.822	15.520
Total			147.605	252.231
Circulante			852	71.232
Não circulante			146.753	180.999

17 Outros passivos financeiros

	31/12/2024	31/12/2023
Operações de câmbio (i)	2.842.414	1.069.067
Negociação e intermediação de valores	423	88
Sociais e estatutárias	203	
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 32)	93	801
Total - Circulante	2.843.133	1.069.956

(i) O saldo de operações de câmbio do passivo é composto conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por compras de câmbio	1.469.402	605.337
Câmbio vendido a liquidar	1.373.012	463.730
Total - Circulante	2.842.414	1.069.067

18 Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para contingências (i)	27.372	31.816
Provisão para garantias financeiras prestadas (ii)	1.501	521
Total	28.873	32.337
Circulante	1.364	453
Não circulante	27.509	31.884

(i) “Provisões para contingências” e “Devedores por depósitos em garantia” são demonstrados conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos judiciais	10.807	9.986
Contingências cíveis	3.894	3.160
Contingências tributárias	5.405	5.486
Contingências trabalhistas e previdenciárias	904	870
Diversos	604	470
Provisões para contingências	27.372	31.816
Contingências cíveis	24.426	29.541
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.367	1.882
Diversos	579	393

A Administração do Banco revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas ajustando a provisão conforme aplicável.

Os processos trabalhistas considerados como perda provável são objeto de provisão e aqueles avaliados como risco possível não são reconhecidos contabilmente, sendo que em 31 de dezembro de 2024 totalizavam R\$ 1.809 (R\$ 1.261 em 31/12/2023).

As contingências cíveis são em geral decorrentes de indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte contencioso massificado dos processos ativos avaliados como perda provável. A provisão para perdas desses processos é constituída tomando como parâmetro o valor do risco calculado individualmente, de acordo com a liquidação do pedido realizado pelo autor(a) da ação ou da condenação dada em decisão de mérito, aplicando-se, ainda, redução de 20% sobre o valor apurado levando em consideração o histórico de redução dessas perdas decorrentes de acordos realizados nos processos. O valor de liquidação é verificado temporalmente. As contingências cíveis avaliadas como risco possível, para as quais não são reconhecidas contabilmente, totalizavam R\$ 9.009 (R\$ 7.526 em 31/12/2023).

Abaixo está demonstrada a movimentação das contingências:

	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Diversos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.255	20.443	310	22.008
Constituição (reversão) líquida	962	19.281	83	20.326
Baixas por pagamento	(335)	(10.183)		(10.518)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.882	29.541	393	31.816
Constituição (reversão) líquida	1.079	7.174	186	8.439
Baixas por pagamento	(594)	(12.289)		(12.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.367	24.426	579	27.372

(ii) “Provisão para garantias financeiras prestadas” refere-se a provisão de fiança bancária que monta em R\$ 80.079 (R\$ 75.978 em 31/12/2023).

19 Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de despesas com pessoal	61.970	65.153
Provisão para fornecedores e prestadores de serviços	23.088	22.417
Incentivo de bandeiras de cartões a apropriar	7.433	10.407
Valores recebidos para fechamento de contrato de câmbio	8.518	10.195
Valores a repassar a bandeiras de cartão	7.018	4.415
Prestações recebidas a baixar	1.913	1.483
Diversos	11.246	6.990
Total	121.186	121.060
Circulante	102.546	98.311
Não circulante	18.640	22.749

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2024, foi aprovado o aumento de capital do Banco para R\$ 766.180. O aumento, no montante de R\$ 149.025, representado pela emissão de 22.648.215 novas ações ordinárias, que foram integralizadas mediante a transferência bancária pelos acionistas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em novembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado no montante de R\$ 766.180 (R\$ 617.155 em 31/12/2023) está representado como segue:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total em circulação
Em 31 de dezembro de 2023	77.427.557	34.948.198	112.375.755
Em 31 de dezembro de 2024	100.075.772	34.948.198	135.023.970

(b) Reservas de lucros

Legal: Será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: Será constituída pelo saldo de lucro remanescente após a constituição de reserva legal e da distribuição dos dividendos. Sua destinação será para aumento de capital, podendo ser, por deliberação dos acionistas, distribuída total ou parcialmente ou compensada com prejuízos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Em dezembro de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 30.000 referente ao exercício de 2023, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 22/12/2023.

Em dezembro de 2024, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 50.000 referente ao exercício de 2024, deliberado em ata da reunião do conselho de administração realizada em 11/12/2024.

(d) Opções de compra de ações

Em 2022, em concordância com o plano de incentivo de longo prazo definido pelo Banco BS2 S.A., foi criado o programa de opções de compra de ações da companhia, as quais poderão ser liquidadas em instrumentos de patrimônio (ações).

São elegíveis ao programa os administradores e executivos do Banco e/ou das demais sociedades do grupo econômico da companhia (i.e., pessoas físicas que possuam vínculo de emprego, de prestação de serviços e/ou ocupem cargos da administração da companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do conselho de administração ("elegíveis").

O programa é composto por 3 lotes que passam a ser exercíveis a partir de 4 anos da data de aquisição das opções pelo participante. O exercício das opções está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, sendo ele uma alienação ou uma oferta pública inicial (IPO). O prazo máximo do programa (data de vencimento) é até dezembro de 2027.

Foram outorgadas 19.900.000 opções neste programa, onde cada lote possui 1/3 dessa quantidade total. Em 31/12/2024, foram prescritas 3.740.000 opções e ficaram 16.160.000 opções em aberto.

(e) Resultado por ação básico e diluído

O resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco é dividido pelo número médio de ações emitidas no período.

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado líquido dos exercícios/semestre	70.777	100.785	85.083
Quantidade média ponderada de ações:			
Ordinárias emitidas	88.751.665	83.120.551	77.427.557
Preferenciais emitidas	34.948.198	34.948.198	34.948.198
Resultado básico e diluído por ação:			
Ordinária (em Reais)	0,57	0,85	0,76
Preferencial (em Reais)	0,57	0,85	0,76
Resultado líquido atribuído - básico e diluído:			
Ações Ordinárias	50.588	70.652	58.845
Ações Preferenciais	19.920	29.706	26.561

21 Resultado da carteira de crédito e transações de pagamento

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Capital de giro	107.651	195.644	182.725
Antecipação de transações de pagamento	65.971	118.318	105.679
Precatórios	26.527	73.446	93.153
Financiamento à exportação	10.470	17.536	11.650
Conta garantida	6.070	10.658	9.772
Risco sacado	5.858	9.759	6.019
Desconto de títulos	1.944	3.942	6.763
CDC - Pessoas físicas e jurídicas	1.734	3.567	6.457
Diversos	5.148	8.515	4.425
Total	231.373	441.385	426.643

22 Resultado com aplicações interfinanceiras

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas de aplicações em depósitos voluntários no BACEN	28.700	48.664	10.623
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	11.261	24.909	17.761
Rendas de aplicações no exterior	7.539	11.801	(559)
Rendas de aplicações em operações compromissadas	2.078	3.101	19.325
Total	49.578	88.475	47.150

23 Resultado com títulos e valores mobiliários

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado de títulos de renda fixa	91.452	200.196	230.511
Resultado de aplicações em fundos de investimento	27.856	50.622	38.423
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	625	1.013	417
Resultado de títulos de renda variável	49	49	461
Total	119.982	251.880	269.812

24 Despesas com operações de captação no mercado

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Despesas com depósitos a prazo	(195.610)	(354.134)	(299.458)
Despesas com captações no mercado aberto	(19.552)	(35.149)	(34.495)
Despesas com letras financeiras subordinadas	(9.983)	(25.843)	(31.693)
Despesas com recursos de aceites e emissão de títulos	(17.609)	(37.177)	(30.160)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(3.276)	(14.573)	(19.279)
Demais despesas de captação	(2.817)	(5.353)	(4.560)
Total	(248.847)	(472.229)	(419.645)

25 Receitas de prestação de serviços e Rendas de tarifas bancárias

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Receitas de prestação de serviços	12.656	19.081	12.485
Rendas de transferências de fundos	738	2.191	4.089
Rendas de garantias prestadas	1.530	3.114	2.509
Rendas de serviços prestados a ligadas (Nota 32(a))	7.746	8.392	1.712
Rendas de outros serviços	2.642	5.384	4.175
Rendas de tarifas bancárias	26.718	61.301	119.373
Rendas de tarifas de conta corrente (i)	19.297	49.846	107.722
Rendas de tarifas de operações de crédito	2.960	5.110	6.003
Outras rendas de tarifas bancárias	4.461	6.345	5.648
Total	39.374	80.382	131.858

(i) "Rendas de tarifas de conta corrente" refere-se substancialmente a serviços prestados aos participantes indiretos do sistema de pagamento instantâneo do Banco Central (SPI).

26 Despesa de pessoal

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Proventos	(43.958)	(84.112)	(64.041)
Honorários	(19.097)	(33.206)	(38.695)
Encargos sociais	(16.118)	(31.754)	(24.206)
Benefícios	(8.670)	(16.443)	(13.299)
Treinamento	(1.068)	(1.668)	(2.162)
Estagiários	(354)	(740)	(554)
Total	(89.265)	(167.923)	(142.957)

27 Outras despesas administrativas

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Prestação de serviços	(64.963)	(132.608)	(126.246)
Processamento de dados	(40.754)	(75.602)	(78.663)
Instalações e materiais	(7.732)	(14.488)	(14.392)
Propaganda e publicidade	(4.355)	(9.090)	(5.399)
Comunicação	(3.440)	(6.698)	(6.408)
Depreciação e amortização	(2.910)	(6.374)	(9.879)
Viagens	(1.488)	(3.386)	(4.309)
Diversos	(6.229)	(12.076)	(8.798)
Total	(131.871)	(260.322)	(254.094)

28 Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Cofins	(13.881)	(26.678)	(29.499)
ISSQN	(2.050)	(4.184)	(6.824)
PIS	(2.255)	(4.335)	(4.794)
Demais despesas tributárias	(4.432)	(8.440)	(6.651)
Total	(22.618)	(43.637)	(47.768)

29 Outras receitas e despesas operacionais

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Variações monetárias e cambiais	21.787	24.509	25.476
Recuperação de provisões operacionais	6.485	18.899	2.490
Incentivo bandeiras	1.486	2.973	2.973
Rendas de precatórios da própria instituição	1.015	2.723	
Diversos	87	672	546
Total de outras receitas operacionais	30.860	49.776	31.485
Perdas com processos cíveis	(5.060)	(12.289)	(10.183)
Serviços associados a transações de pagamento	(6.171)	(11.232)	(11.378)
Provisões operacionais	(6.835)	(9.469)	(14.024)
Variações monetárias e cambiais	(784)	(959)	(628)
Perdas com processos trabalhistas	(531)	(594)	(335)
Diversos	(4.193)	(6.176)	(3.287)
Total de outras despesas operacionais	(23.574)	(40.719)	(39.835)

30 Outras receitas e despesas

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Rendas com aluguéis	203	422	2.379
Ganhos ou perdas de capital líquidos	(207)	(710)	1.818
Resultado na alienação de outros valores e bens	(19)	(10)	(54)
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para a venda	(150)	(12)	(170)
Resultado na alienação de participações societárias	1.695	1.685	(3.529)
Diversos	(231)	(476)	(751)
Total	1.291	899	(307)

31 Imposto de renda e contribuição social

	01/07 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2024		01/01 a 31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	70.385	70.385	124.717	124.717	121.776	121.776
Adições (exclusões) líquidas:						
Equivalência patrimonial	(25.978)	(25.978)	(38.637)	(38.637)	(42.561)	(42.561)
Participações no resultado	(11.148)	(11.148)	(21.877)	(21.877)	(26.288)	(26.288)
Juros sobre o capital próprio	(50.000)	(50.000)	(50.000)	(50.000)	(30.000)	(30.000)
Lei 11.196/2005 (Lei do bem)					(13.801)	(13.801)
Outras, líquidas	(4.124)	(4.124)	(5.217)	(15.161)	26.934	4.067
Base de cálculo	(20.865)	(20.865)	8.986	(958)	36.060	13.193
Alíquota Efetiva	3.130	6.324	(1.348)	192	(5.409)	(2.639)
Alíquota Adicional	2.086		(899)		(3.582)	
Incentivo Fiscal					1.225	
Imposto de renda e contribuição social	5.216	6.324	(2.247)	192	(7.766)	(2.639)

32 Partes relacionadas
(a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. Os principais saldos e operações são demonstrados abaixo:

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	95.005	
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	95.005	
Carteira de crédito	42.467	3.177
Pessoal chave da Administração (iii)	156	
Outras partes relacionadas (iv)	42.311	3.177
Outros ativos financeiros	2.511	2.821
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	622	1.272
BS2 Seguros S.A. (ii)	1.684	35
BS Tecnologia Ltda. (ii)	146	206
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	14	
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	2	
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	33	1.282
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	10	26

Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	15.975	13.598
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	2.657	1.217
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	3.009	34
Adiqplus Instituição de Pagamento Ltda. (iv)	2.091	4.187
BS2 Seguros S.A. (ii)	2.986	2.584
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	127	53
DT Participações S.A. (ii)		1
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)		54
BS Tecnologia Ltda. (ii)	133	58
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	434	35
AD Participações S.A. (iv)	415	1
BLU Participações S.A. (ii)		1
Pessoal chave da Administração (iii)	229	81
Outras partes relacionadas (iv)	3.894	5.292
Depósitos a prazo	75.953	186.026
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)		108.224
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	31.847	28.357
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	2.249	1.888
DT Participações S.A. (ii)		1.851
BS Tecnologia Ltda. (ii)	10.286	23.528
Adiq Tecnologia Ltda. (iv)	21.186	11.081
AD Participações S.A. (iv)		428
BLU Participações S.A. (ii)		30
Pessoal chave da Administração (iii)	4.488	1.209
Outras partes relacionadas (iv)	5.897	9.430
Recursos de mercados interbancários	2.599	539
Pessoal chave da Administração	2.169	341
Outras partes relacionadas	430	198
Outros passivos financeiros	93	801
BS Tecnologia Ltda. (ii)	8	776
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	85	25

Resultado	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Resultado da carteira de crédito			35
BS Tecnologia Ltda. (ii)			9
BLU Instituição de Pagamentos e Tecnologia S.A. (ii)			26
Despesas de captação no mercado	(4.280)	(9.404)	(64.892)
Adiq Instituição de Pagamento S.A. (ii)	(597)	(2.412)	(57.643)
Bonsucesso Holding Financeira S.A. (i)	(1.433)	(2.743)	(2.625)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(118)	(220)	(201)
DT Participações S.A. (ii)			(98)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(1.039)	(2.238)	(3.770)
Adiq Tecnologia Ltda.	(982)	(1.664)	(550)
AD Participações S.A. (iv)	(111)	(127)	(3)
BLU Participações S.A. (ii)			(2)
Receitas de prestação de serviços	7.746	8.392	1.712
BS2 Seguros S.A. (ii)	7.746	8.392	1.712
Outras despesas administrativas	(37.258)	(76.795)	(57.116)
BS Tecnologia Ltda. (ii)	(37.255)	(76.779)	(56.987)
BS2 Asset Management - Administradora de Recursos Ltda. (ii)	(3)	(16)	(129)

- (i) Holding controladora integral do Banco BS2.
- (ii) Empresas controladas do Banco BS2 conforme detalhado na nota 13.
- (iii) Pessoal chave da administração do Banco BS2 e de sua controladora integral Bonsucesso Holding Financeira S.A..
- (iv) Outras partes relacionadas pessoas físicas ou jurídicas.

(b) Remuneração do pessoal chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária estabelece uma remuneração anual para os Administradores. Os benefícios de curto prazo pagos estão demonstrados a seguir:

	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Honorário	(8.347)	(16.206)	(14.469)
Participação nos lucros e resultados	(10.750)	(17.000)	(24.226)
Encargos sociais	(1.836)	(6.328)	(4.482)
Total	(20.933)	(39.534)	(43.177)

O Grupo possui programa de remuneração de longo prazo que contempla opções de compras de ações para pessoal chave da Administração e alguns empregados, conforme divulgado na nota 20 (d).

33 Adequação ao acordo de capitais (BASILEIA III)

O Banco Central do Brasil determina que as instituições financeiras mantenham um patrimônio de referência (PR), PR nível I e capital principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do patrimônio de referência exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2024, registrou-se um coeficiente de Basileia III (adequação ao patrimônio de referência exigido) de 15,14% (14,63% em 31/12/2023), que se encontra em conformidade com o preconizado pelo BACEN, uma vez que o mínimo requerido é de 10,5% (índice basileia 8% + ACP 2,5%). Para os índices de nível I e capital principal o indicador ficou em 13,61% (12,29% em 31/12/2023), ambos acima do mínimo exigido pela autoridade reguladora, de 8,5% para o nível I (índice de nível I 6% + ACP 2,5%) e de 7% para o capital principal (índice de capital principal 4,5% + ACP 2,5%).

A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cujas regras são definidas pelo BACEN, é demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(=) Patrimônio de referência – nível I	733.093	728.848
(+) Capital principal	733.093	728.848
(+) Capital social e reservas	766.188	731.892
(+) Reservas de capital, reavaliação e de lucros	165.554	169.122
(-) Deduções do capital – ajustes a valor de mercado de TVM	26.391	17.380
(-) Ajustes prudenciais	172.258	154.786
(+) Patrimônio de referência – nível II	82.445	139.152
(+) Instrumentos elegíveis para compor nível II (a)	82.445	139.159
(-) Deduções do nível II		7
Patrimônio de referência total	815.538	868.000
Alocação de capital por risco		
Risco de crédito (RWA _{cpad})	3.172.529	4.083.673
Risco de serviços de pagamento (RWA _{sp})	819.803	
Risco de mercado (RWA _{jur} + RWA _{cam} + RWA _{aacs} + RWA _{com})	194.702	109.016
Risco operacional (RWA _{opad})	1.201.065	1.739.573
Ativos ponderados por risco (RWA)	5.388.098	5.932.261
Patrimônio de referência mínimo requerido para RWA	431.048	474.581
Patrimônio de referência mínimo requerido para o RWA e para RBAN	459.624	474.927
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	384.491	393.419
Margem sobre o patrimônio de referência com RBAN	221.212	244.766
Margem sobre o patrimônio de referência nível I requerido	409.807	372.912
Margem sobre o capital principal requerido	490.629	461.896
Margem adicional de capital	249.788	224.605
Índice de basileia - PR	15,14%	14,63%
Índice do nível I	13,61%	12,29%
Índice do capital principal	13,61%	12,29%
Índice de imobilização	31,74%	29,06%

34 Gerenciamento de risco

Gerenciamento de capital

Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e exigência de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

No gerenciamento de capital, a instituição mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Banco reflete em um esforço integrado de ações, controles e processos, de forma a contemplar os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e social, ambiental e climático.

I - Risco de mercado - É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Banco, contemplando os seguintes fatores de risco: variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das mercadorias (*commodities*). Gerenciado em sintonia com as recomendações e normatização dos órgãos reguladores e alinhado com as melhores práticas do mercado nacional, a política que norteia as ações de gerenciamento do risco de mercado tem bases conservadoras, sendo que os limites de VaR (*Value at Risk*) são definidos pela Administração e monitorados com periodicidade diária, através da geração do DDR.

II - Risco de crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A cadeia de valor da gestão de risco de crédito abrange: 1. Desenvolver e manter políticas; 2. Realizar análise e concessão de crédito; 3. Monitorar e gerenciar exposições; 4. Gerenciar a carteira de crédito; e 5. Gerar reportes regulatórios e gerenciais.

III - Risco de liquidez - É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A política de gestão do risco de liquidez visa estabelecer os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas.

IV – Risco operacional – É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

V – Riscos social, ambiental e climático:

- Risco Social: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;

- Risco Ambiental: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;

- Risco Climático de Transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;

- Risco Climático Físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento de risco operacional e social, ambiental e climático

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21, que altera a resolução nº 4.557/17, e a resolução CMN nº 4.945/21, o Banco adequou suas políticas de gestão dos riscos operacional, social, ambiental e climático, onde estão definidas as responsabilidades, os princípios e diretrizes. Nesta estrutura, cabe aos gestores em todos os níveis garantir que seus colaboradores em sua totalidade entendam os riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades diárias, bem como conheçam e sigam as políticas e manuais relativos aos riscos operacional, social, ambiental e climático.

Nesse contexto, foram estabelecidos direcionamentos visando o atendimento às novas exigências regulatórias, como a revisão da estrutura de gestão, implementação de novos processos, atualização de metodologias, bem como a adoção de controles, sempre observando o princípio da proporcionalidade e relevância das nossas operações.

O Banco considera a atividade de gestão do risco operacional e dos riscos social, ambiental e climático como suporte à geração de valor à instituição. A melhoria de processos internos e o suporte às áreas de negócio têm permitido que a gestão destes riscos contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital.

Gerenciamento de continuidade de negócios – GCN

O Banco conta com programa de continuidade de negócios para a garantia da sustentabilidade da instituição, visando proteger sua imagem e reputação. Atuam proativamente por meio de suas estruturas de gerenciamento de riscos e sua governança corporativa para continuidade de negócios, oferecendo maior segurança aos seus clientes e acionistas diante de imprevistos, buscando minimizar perdas financeiras e assegurar o nível adequado de estabilidade organizacional nos momentos posteriores a eventuais interrupções e durante a recuperação.

A gestão do programa de continuidade de negócios, é realizada por meio da avaliação de cenários, adoção de medidas corretivas e mitigadoras, testes, treinamentos e revisões periódicas, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco definiu sua estrutura de gerenciamento do risco de mercado e liquidez compatível com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços, considerando a concentração na carteira de antecipação de recebíveis de cartão de crédito, crédito a pequenas e médias empresas e direitos creditórios, além de operações de câmbio. Essa estrutura é devidamente qualificada e atua com políticas, sistemas, processos e rotinas bem definidos, observando as disposições do Banco Central do Brasil.

O risco de mercado da carteira banking (IRRBB) é calculado com base na metodologia *Economic Value of Equity* (EVE), com base nos cenários descritos pelo Banco Central do Brasil na circular 3.876/2018 e consiste em uma abordagem de valor econômico, onde são avaliados os impactos de precificação dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE).

O risco de mercado da carteira *trading* (RWAm pad) é apurado diariamente com base na resolução CMN 4.958/21 onde são avaliadas as parcelas de requerimento de capital do RWAm pad.

No risco de liquidez são acompanhadas diariamente todas as entradas e saídas do caixa com foco na liquidez imediata, monitorada as fontes de recursos, depósitos à vista e a prazo, além do fluxo de caixa mensal com a projeção anual.

Gerenciamento de risco de crédito

Em consonância com a resolução CMN 4.557/17, o Banco implementou sua estrutura de gerenciamento de risco de crédito, pautada na avaliação da base histórica das carteiras de crédito, cujos produtos são os indicadores de performance e risco, simulações de condições extremas (*Stress Test*) em metodologia própria e do BACEN, além da documentação dos procedimentos por meio de política, normas, instruções de trabalho e relatórios.

Cultura de Riscos

A gestão efetiva dos riscos se baseia principalmente no desenvolvimento de uma cultura organizacional no sentido de conscientizar a todos sobre a importância de seu papel na prevenção e mitigação de riscos. Por isso, o BS2 adota um processo contínuo de disseminação de informações sobre a gestão de riscos ao pessoal da organização, em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes, com linguagem e grau de informação compatíveis com sua área de atuação. No BS2 as ações

de aculturamento de riscos objetivam manter os colaboradores alinhados e engajados com os objetivos, causas e discursos da organização. Dessa maneira, são estabelecidas e estimuladas condutas que vão ao encontro do que a empresa prega.

A divulgação do “Relatório de Gerenciamento de Riscos” é realizada no site, na seção Governança Corporativa e “Relatório de Gerenciamento de Riscos” (www.bs2.com/governanca-corporativa), que visa atender a Circular 3.930/2019 do Banco Central do Brasil e refere-se à estrutura de gerenciamento de riscos, seus processos e metodologias, como também, o detalhamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental.

35 Outras informações

(a) Cobertura de seguros

O Banco possui cobertura de seguros para fazer face a eventuais sinistros que venham a ocorrer com os bens do ativo imobilizado.

(b) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são feitas para as exposições financeiras (*Carteiras Trading e Banking*) da instituição. Entretanto, vale destacar que os impactos das exposições financeiras da Carteira *Banking* não representam prejuízo contábil potencial para o Banco BS2. Isto ocorre pelo fato de que as operações classificadas na Carteira *Banking* (principalmente as indexadas ao fator de risco pré, cupom cambial e índice de preços) tendem a ser mantidas até o seu vencimento.

Tais análises foram preparadas a partir de cenários elaborados considerando as informações de mercado divulgadas à época. Assim, foram utilizados os cenários que afetariam negativamente as posições da instituição.

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom cambial, índices de preços e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações das respectivas datas-bases, divulgadas pelo mercado (B3, Anbima, etc.);

Cenário II: Choques de mais e menos 25% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-base, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Choques de mais e menos 50% com base nas informações de mercado nas respectivas datas-base, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Apresenta-se a seguir os resultados para a carteira completa da instituição.

Carteira total		Exposições		31/12/2024		
Fatores de risco	Risco de variação em:	Cenário I	Cenário II	Cenário III		
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	(2)	(326)	(591)		
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(145)	(200)	(394)		
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(5)	(126)	(251)		
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	26	(3.407)	(6.958)		
Ações	Preço das Ações					
Demais	Demais fatores de risco	111	(14.268)	(29.186)		
Total sem correlação		(15)	(18.327)	(37.380)		
Total com correlação		(23)	(15.832)	(32.262)		

Carteira total	Exposições	31/12/2023		
		Risco de variação em:		Cenário III
Fatores de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	38	(9.060)	(18.770)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(233)	(298)	(592)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(144)	(3.590)	(7.180)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	23	(1.974)	(4.028)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco	8	(1.324)	(2.777)
Total sem correlação		(250)	(17.694)	(36.242)
Total com correlação		44	(11.335)	(23.448)

A seguir, são apresentadas as análises de sensibilidade realizadas exclusivamente na Carteira *Trading*, que consiste em todas as operações detidas com intenção de negociação. São operações destinadas a revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem. É importante salientar que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois revelam impactos considerando uma posição estática dos ativos e passivos, o que difere da situação real, onde a instituição, de acordo com dinamismo do mercado, busca formas de mitigar os riscos associados a estas posições.

Carteira trading	Exposições	31/12/2024		
		Risco de variação em:		Cenário III
Fatores de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas	4	(1.182)	(2.410)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(52)	(67)	(130)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	(338)	(8.462)	(16.924)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços			
Ações	Preço das Ações			
Demais	Demais fatores de risco	(4)	(348)	(691)
Total sem correlação		(390)	(10.059)	(20.155)
Total com correlação		(10)	(1.718)	(3.479)

Carteira trading	Exposições	31/12/2023		
		Risco de variação em:		Cenário III
Fatores de risco		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas		(62)	(119)
Cupom Cambial	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(98)	(164)	(325)
Moeda Estrangeira	Variação Cambial	451	(11.282)	(22.564)
Índice de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços		(13)	(24)
Ações	Preço das Ações	58	(1.448)	(2.895)
Demais	Demais fatores de risco			
Total sem correlação		411	(12.969)	(25.927)
Total com correlação		(14)	(2.722)	(5.439)

(c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 bem como em 31 de dezembro de 2023, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

						31/12/2024	
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado não realizado	
Ativo							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.845		90.436		90.436	(1.409)	
TVM e instrumentos financeiros derivativos	368.746		383.034		383.034	14.288	
Operações de crédito	1.848.439		1.711.640	343.174	2.054.814	206.375	
Passivo							
Depósitos	4.554.683		4.620.149		4.620.149	65.466	
Captações no mercado aberto	324.785	324.785			324.785		
Recursos de mercados interbancários	308.833		309.431		309.431	598	
Obrigações por empréstimos e repasses	2.281.223		2.281.223		2.281.223		
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	143.444		153.825		153.825	10.381	

						31/12/2023	
	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Resultado não realizado	
Ativo							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	204.083		202.264		202.264	(1.819)	
TVM e instrumentos financeiros derivativos	2.351.838	2.162.260	208.486		2.370.746	18.908	
Operações de crédito	1.647.509		1.251.119	448.428	1.699.547	52.038	
Passivo							
Depósitos	4.463.042		4.559.307		4.559.307	96.265	
Captações no mercado aberto	59.371					(59.371)	
Recursos de mercados interbancários	356.756		357.266		357.266	510	
Obrigações por empréstimos e repasses	25.761		25.761		25.761		
Dívidas e Letras Financeiras Subordinadas	252.231		272.861		272.861	20.630	

O valor justo dos ativos financeiros, que são negociados em mercados ativos, é baseado em seus preços de mercado cotados na data do balanço. São considerados mercados ativos, aqueles em que os preços de mercado estão regularmente disponíveis por meio de Bolsa de Valores, serviço de precificação ou agência reguladora. Por esses motivos, classificamos esses títulos como de Nível 1, na hierarquia de valor justo.

Para os ativos que não são negociados em mercado ativo, a instituição utiliza técnicas de avaliação para fazer sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Operações de Crédito: O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas médias de juros dos novos contratos. Ou seja, o fluxo de caixa futuro da carteira de crédito atual é estimado com base nas taxas contratuais, e, em seguida, a média das taxas utilizadas nos contratos atuais é utilizada como parâmetro para o desconto destes fluxos.

b) Depósitos de clientes, de instituições de crédito e do Banco Central do Brasil: O valor justo dos depósitos a prazo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas das curvas públicas de juros futuros em vencimentos similares.

c) Obrigações por títulos e valores mobiliários e Dívidas subordinadas: Os valores justos destes itens foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das curvas de juros futuros nos prazos e vencimentos similares. Para os valores de depósitos à vista, foi considerado que o valor justo destes passivos é significativamente próximo de seu valor contábil.

Os ativos classificados no Nível 3, por sua vez, são aqueles que utilizam informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis. Neste caso, o Banco utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de ações, opções de taxa de câmbio, dentre outras) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3.

(d) Resultados recorrentes e não recorrentes

O resultado líquido do Banco BS2 no exercício de 2024 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes e para o exercício de 2023 conforme abaixo:

	01/01 a 31/12/2023		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	905.462		905.462
Despesas da intermediação financeira	(425.148)		(425.148)
Resultado da intermediação financeira	480.314		480.314
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(79.481)		(79.481)
Resultado bruto da intermediação financeira	400.833		400.833
Outras receitas e despesas operacionais	(278.750)		(278.750)
Resultado operacional	122.083		122.083
Outras receitas e despesas (i)	3.248	(3.555)	(307)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	125.331	(3.555)	121.776
Imposto de renda e contribuição social	(12.005)	1.600	(10.405)
Participações no resultado	(26.288)		(26.288)
Resultado líquido do semestre/exercícios	87.038	(1.955)	85.083

(i) Refere-se a perda na venda da DTVM conforme detalhado na nota 13 (a).

(e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos em moeda estrangeira

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	31/12/2024			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	357.837	163.650	160.115	681.602
Instrumentos financeiros	705.119	546.969	250.583	1.502.671
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.966			3.966
Operações de crédito	21.367	796		22.163
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(436)			(436)
Outros ativos financeiros	680.222	546.173	250.583	1.476.978
Outros ativos	16	1		17
Total dos ativos	1.062.972	710.620	410.698	2.184.290
Passivos financeiros	907.405	803.983	436.168	2.147.556
Depósitos	144.507	5.005	560	150.072
Relações interdependências	141.587	161.120	251.383	554.090
Obrigações por empréstimos e repasses	58.987	47.233	6.745	112.965
Outros passivos financeiros	562.324	590.625	177.480	1.330.429
Outros passivos	8.584	205	196	8.985
Total dos passivos	915.989	804.188	436.364	2.156.541

	31/12/2023			
	Dólar	Euro	Outras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	63.310	29.024	7.202	99.536
Instrumentos financeiros	168.221	17.816	425.544	611.581
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.802			1.802
Operações de crédito	2.471			2.471
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(53)			(53)
Outros ativos financeiros	164.001	17.816	425.544	607.361
Outros ativos	11			11
Total dos ativos	231.542	46.840	432.746	711.128
Passivos financeiros	330.981	48.934	432.759	812.674
Depósitos	33.762	101	6	33.869
Relações interdependências	125.347	22.477	306	148.130
Obrigações por empréstimos e repasses	161.050		49	161.099
Outros passivos financeiros	10.822	26.356	432.398	469.576
Outros passivos	1.268			1.268
Total dos passivos	332.249	48.934	432.759	813.942

(f) **Honorários de auditoria**

Em cumprimento aos requisitos éticos do Conselho Federal de Contabilidade, informamos que foram pagos para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes o montante de R\$ 1.050 a título de honorários de serviços de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício de 2024.

* * *

Composição dos órgãos da administração

Diretoria

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Diretor Presidente

Renata Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Governança e Gestão

Rodrigo Braga Pentagna Guimarães
Diretor Comercial

Juliana Braga Pentagna Guimarães
Diretora de Corporate Development

Carlos Eduardo Tavares de Andrade Júnior
Diretor de Câmbio

Davi Ponciano Araújo Lima
Diretor de Finanças e Riscos

Ziro Murata Júnior
Diretor Executivo

Rodrigo Elias Moreira
Diretor Executivo

Danilo Ricardo Bono Zimmermann
Diretor Executivo

Comitê de auditoria

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista

Conselho de administração

Paulo Henrique Pentagna Guimarães
Vice-Presidente

Gabriel Pentagna Guimarães
Conselheiro

João Claudio Pentagna Guimarães
Conselheiro

André Pentagna Guimarães Salazar
Conselheiro

Marcos Antônio Vaz de Magalhães
Conselheiro

José Mário de Paula Ribeiro Júnior
Conselheiro

Controladoria

José Luiz de Souza Leite
Contador - CRC-MG 48.029/O-0

Relatório do comitê de auditoria

(I) Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco BS2 S.A. (Comitê) tem como atribuições o assessoramento do Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

A atuação do Comitê contempla também a Adiq Instituição de Pagamentos S.A. (Adiq), uma vez que é enquadrado no segmento S3 pelas normas do Banco Central do Brasil (conglomerado prudencial). Ainda, acompanha os assuntos da BS2 Seguros S.A. e, quando solicitado, das outras empresas controladas ou coligadas.

O Comitê é atualmente composto por dois membros, sendo um independente, ambos eleitos na reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2024. O membro independente foi designado como especialista nas matérias tratadas no âmbito deste comitê.

(II) Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê atua por meio de reuniões com executivos, auditores internos e independentes e especialistas, conduzindo análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento da integridade (compliance), dos controles internos, riscos financeiros e operacionais, ouvidoria, governança corporativa, jurídicos e tributários, contabilidade, tecnologia, segurança da informação e proteção de dados, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo, ESG, dentre outros.

O Comitê também acompanha e atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos.

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas com a administração e executivos do Banco BS2 e de suas instituições e empresas controladas e coligadas, com objetivo de obter informações necessárias aos questionamentos formulados pelos seus membros. O Comitê realiza também, acompanhamentos e revisões de documentos e informações.

(III) Atividades do comitê durante o segundo semestre de 2024

1. Banco

1.1. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O comitê tomou conhecimento dos mapeamentos e testes de controles internos realizados no primeiro semestre/2024, realizadas nas áreas de Compliance, PLD e CX Operações, demonstrando a classificação dos riscos testados. Tiveram acesso aos indicadores de apetite a riscos que estão na RAS, bem como aos gráficos de perdas operacionais em relação ao Patrimônio de Referência. Relatou as principais perdas e incidentes de risco operacional de 2024 e fraudes e apresentou a situação dos planos de ações dos apontamentos trazidos pela auditoria interna. Ainda, acompanhou todo o projeto de implantação da Resolução CMN 4.966.

Relatório do comitê de auditoria

1.2. Compliance e Ouvidoria

O comitê teve conhecimento das comunicações dos órgãos reguladores recebidas por meio de ofícios, e-mails ou requisições, acompanhando periodicamente as tratativas e atendimentos das respostas dentro do prazo previsto.

Teve acesso aos indicadores de monitoramentos e aderência regulatória. Destaque se deu ao resultado da avaliação do *rating* do Banco BS2, entregue pelo Bacen, os quais os planos de ações estão sendo monitorados pela área de Compliance.

Tomou conhecimento das atividades realizadas pelo canal de ética, acompanhou os indicadores do programa de integridade, com os planos de ações relativos às recomendações das auditorias interna e independente, com destaque àqueles concluídos, em aberto ou em atraso. Teve acesso aos números e análise realizadas nas *Due Diligence* de fornecedores, parceiros, colaboradores e terceiros.

1.3. Tecnologia da Informação e segurança cibernética

O Comitê discutiu os temas de LGPD, governança de TI e segurança cibernética do Banco BS2 (destaque aos principais ataques e grau de risco dos incidentes), acompanhando os status dos trabalhos, bem como tomou conhecimento da evolução das ações do plano diretor implementados no Banco BS2, ao longo do 2º semestre/2024.

Foi implantado o canal de comunicação ao comitê, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.910, a respeito de suspeitas de fraudes, riscos, continuidade e erros que possam acontecer nas instituições, perpetradas pela administração, funcionários ou terceiros.

1.4. Demais atividades

O Comitê teve acesso aos temas tributários e de provisionamentos, deságio de precatórios. Teve acesso às informações das provisões cíveis, criminais e trabalhistas, destacando expectativa de êxito nos processos mais relevantes.

2. ADIQ

2.1. Compliance e Ouvidoria

O Comitê tomou conhecimento das comunicações dos órgãos reguladores recebidas por meio de ofícios, e-mails ou requisições, acompanhando periodicamente a tratativa e atendimento das respostas dentro do prazo previsto.

Acompanhou e aprovou as negociações do termo de compromisso com o Bacen, bem como do valor da contribuição pecuniária e acompanhará os trabalhos propostos nos planos de ações referentes ao programa de PLD/FT que serão também auditados por auditores independentes a serem contratados com essa finalidade.

2.2. Tecnologia da Informação e segurança cibernética

Discutiu os temas de LGPD, governança de TI e segurança cibernética da Adiq, acompanhando o status dos trabalhos, bem como tomou conhecimento da evolução das ações do plano diretor implementadas na Adiq, ao longo do 2º semestre/2024.

2.3. Demais atividades

Teve acesso aos temas tributários, de provisionamentos e depreciação.

Relatório do comitê de auditoria

3. Banco e ADIQ:

3.1. Auditoria Interna

O Comitê reuniu-se com a auditoria interna para tomar conhecimento dos trabalhos realizados no 1º semestre/2024 no Banco e na Adiq e os pontos apresentados foram direcionados para as áreas responsáveis, já com planos de ação definidos.

No caso do Banco, destaques foram dados ao resultado do trabalho sobre o atendimento à Res. CMN 4.966; ao trabalho de auditoria interna do intangível na rubrica 2.5.0.00.00-9 do Cadoc 4060, em atendimento à Resolução CMN nº 4.534/2016, Resolução BCB nº 7/2020 e ao relatório do PRSAC, em atendimento às Resoluções CMN 4.943/2021 e 4.945/2021, visando atender os requisitos propostos pelo Banco Central.

A proposta do escopo para auditoria interna da Adiq e AdiqPlus do próximo biênio foi aprovada pelo comitê.

Foi dado conhecimento sobre os trabalhos de auditoria interna e auditores externos, realizados na BS2 Seguros, relativos ao 1º semestre/2024. Além disso, foi aprovada a proposta de contratação da nova empresa de auditoria atuarial para a BS2 Seguros.

3.2. Auditoria Independente

Em reunião com os Auditores externos, o Comitê tomou conhecimento do resultado dos trabalhos sobre controles internos (Res. CMN 4.910) e da provisão para créditos de liquidação duvidosa (Res. CMN 2.682) de 30/06/2024.

Tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras em 31/12/2024 da auditoria independente, passando pelos principais riscos auditados, os quais foram concluídos sem exceções relevantes ou distorções materiais que precisassem ser reportadas.

(IV) Quanto a efetividade dos controles internos

Com o objetivo de cumprir a resolução 2.554 do Banco Central do Brasil, o BS2 e a Adiq possuem áreas dedicadas a auxiliar a administração no estabelecimento de controles adequados para mitigar riscos inerentes à realização das suas atividades, para garantir com razoável certeza o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal e regulatória, além da confiabilidade nas demonstrações contábeis.

O Comitê, com base nos resultados dos trabalhos apresentados pela auditoria interna, auditoria independente e demais informações apresentadas pela administração, registra como positiva a efetividade do sistema de controle interno do Banco e da Adiq.

Relativamente à controlada Adiq, existem etapas a serem concluídas dos planos de ações provenientes de deficiências de controles internos relacionadas a PLD e ao termo de compromisso, que já estão em curso e serão apresentadas ao Banco Central do Brasil, após a conclusão dos trabalhos da auditoria interna.

(V) Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria interna

As auditorias internas do Banco e da Adiq estão sendo realizadas pela equipe interna do BS2, apoiados pela KPMG e, na BS2 Seguros, pela Baker Tilly. Os trabalhos são realizados e reportados ao Comitê de Auditoria, que está diretamente ligado ao Conselho de Administração do BS2.

O planejamento dos trabalhos da auditoria interna está alinhado aos principais riscos das Instituições, analisados pelo Comitê de Auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração. Os relatórios

Relatório do comitê de auditoria

apresentados pelas auditorias internas foram analisados, discutidos e apresentados ao Conselho do Banco, da Adiq e da BS2 Seguros.

O Comitê conclui que a Auditoria Interna tem cumprido com seu dever como terceira linha de defesa, dentro da estrutura de governança das instituições com a devida independência, cobrindo os principais riscos e em linha com as melhores práticas de mercado.

(VI) Quanto a efetividade dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras

Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos, foram planejados e executados de forma a atender as normas dos órgãos reguladores, foram analisados e acompanhados pelo Comitê e levados a aprovação do Conselho de Administração.

Os auditores, por meio do processo de comunicação com a administração, se manifestaram sobre suas independências e que não houve nenhuma atividade durante o segundo semestre de 2024 que pudesse afetá-la em relação ao Banco BS2, a Adiq e à Seguradora. O Comitê avaliou a proposta da PwC e não se deparou com a existência de outras propostas de trabalho que pudessem afetar a sua independência

O Comitê de Auditoria considera a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelos auditores, as suas qualificações, a expertise técnica e o conhecimento das operações e do setor de atuação da Instituição.

(VII) Quanto a adequação das demonstrações financeiras do BS2

O Comitê reuniu-se regularmente em algumas ocasiões com os auditores independentes PwC, com objetivo de acompanhar os trabalhos por eles realizados, relativos ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2024.

Nessas reuniões destacou-se os seguintes temas: discussões envolvendo as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, as práticas contábeis adotadas pelo Banco e o direcionamento dos principais assuntos de auditoria que serão destacados no Relatório dos auditores independentes.

O cronograma de elaboração e aprovação das demonstrações contábeis em BACEN-GAAP e IFRS de 2024 foram aprovados pelo Comitê.

O Comitê também revisou e discutiu com a administração e o auditor independente sobre a adequação das demonstrações financeiras individuais auditadas do Banco BS2 e da Adiq para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Com base nas revisões e nas discussões citadas acima, o Comitê recomenda que elas sejam também aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco e da Adiq.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Gabriel Pentagna Guimarães
Presidente do Comitê

Carlos Augusto da Silva
Membro Especialista